

## A comunicação política como estratégia de gestão de crise na demissão do Ministro Sílvio Almeida<sup>1</sup>

Diego Felipe GARCIA<sup>2</sup>

Luiz Ademir de OLIVEIRA<sup>3</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo problematizar como a comunicação foi utilizada como estratégia de negociação de sentidos para a gestão de crise do governo Lula na demissão de Sílvio Almeida sob denúncia de assédio sexual. O referencial teórico apresenta discussões sobre os processos comunicativos e visibilidade pública nas democracias, recorremos a autores como Signates (2012), Rodrigues (2015) e Thompson (2018). Além disso, é importante contextualizar o momento político enfrentado por cada governo em meio à crise. Como aporte teórico-metodológico recorreremos à Análise Crítica do Discurso (ACD), cujos resultados sugerem a utilização de cadeias intertextuais para justificar os argumentos da decisão.

**Palavras-chave:** Comunicação Política; Discurso Político; Análise Crítica do Discurso

### INTRODUÇÃO

A comunicação é uma instituição considerada como termômetro nas democracias. As relações humanas são compostas pelas mais diversas formas de comunicar, as quais podem ocorrer de forma verbal, gestos, olhares ou até então utilizando algum meio para se comunicar. Essas formas, na maioria das vezes, são categorizadas somente como atividades práticas e não há uma valorização do processo comunicativo como um todo. Na política, a comunicação é um fator essencial para criar e manter laços entre os líderes políticos e a população. Contudo, trata-se de um equívoco enxergar a comunicação apenas como um processo prático, uma vez que o processo comunicacional tem atributos na formação de frases e jogos de palavras, os quais são um componente estratégico para a formação de sentidos. Dessa forma, a questão proposta é problematizar como a comunicação foi utilizada como estratégia de negociação de sentidos para a gestão de crises no governo Lula (2023-2026), sendo que o *corpus* de análise será composto pela nota à imprensa sobre a demissão do ministro dos direitos humanos Sílvio Almeida. Trabalhamos com a hipótese que tal

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 15 - Estratégias de comunicação política: propaganda eleitoral, campanha permanente, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista do Programa de Bolsas do Programa de Pós-Graduação (PBPG/UFJF) e membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania. E-mail: diegophelipe@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Bolsista de Produtividade do CNPq – Nível 2, pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor e Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: luizoli@ufsj.edu.br.

comunicado utiliza fragmentos de outros textos para argumentar e estruturar as decisões do presidente.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A comunicação apresenta-se como uma área de conhecimento fundamental para a manutenção dos regimes democráticos. Signates (2012) alerta para que a comunicação não seja observada apenas como um “instrumento” ou uma “ferramenta” pela qual se dá a estratégia política. Reduzir a comunicação apenas como aplicação é excluí-la do seu papel estruturante na sustentação da democracia. Para o autor, a comunicação é o próprio modo de ser da democracia, seja nas instituições, grupos sociais ou na sociedade como um todo. “Em outras palavras, será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social de sentidos” (Signates, 2012, p.12).

A comunicação assume um papel central nas democracias pela linguagem como meio para operar processos nas soluções não violentas em formas de conflito, em que o jogo argumentativo e as disputas por imagens passam a ter relevância expressiva nesse processo. A comunicação, nesse sentido, assume um papel central como fonte que garante a estabilidade do regime democrático.

Pensada a comunicação como modo de ser da democracia e como garantia para o regime democrático, parece ter ficado clara a pretensão teórica deste trabalho: conferir a centralidade devida à comunicação, no trato das questões políticas, a partir do reconhecimento de que, em grande sentido, fazer política é fazer comunicação – fato que tem se tornado cada vez mais importante, quanto mais as tecnologias de comunicação penetram o cotidiano das pessoas e instituições. Espera-se igualmente ter ganho clareza a percepção de que esse axioma se torna ainda mais relevante, quando a temática política é a democracia, já que os vínculos deste regime com os processos de circulação da linguagem parecem ser muito mais fortes do que o são em outras formas de governo (Signates, 2012, p.15).

A interação entre a internet e a comunicação proporcionou mudanças na cobertura política. Os jornalistas passaram a ter um papel fundamental na forma como os líderes políticos aparecem diante do público, passando a decidir quem, o que e como essa informação se torna visível. “O discurso mediático, pelo contrário, flui de maneira constante e ininterrupta, encadeia enunciados que se apresentam habitualmente de forma acabada, escondendo os seus processos de gestação” (Rodrigues, 2015, p.39). A própria forma estabelecida no texto, como também o uso da terceira pessoa, transmite a ideia de credibilidade e universalidade e, conseqüentemente, de discurso finalizado. Nesse sentido, o

discurso midiático concede visibilidade pública a questões políticas, uma vez que, a publicização das informações torna o campo como objeto socialmente constituído.

Vale ressaltar que a inserção da internet na comunicação causou uma via de mão dupla na visibilidade dos líderes políticos. Por mais que essa seja uma ferramenta favorável para a construção de imagens positivas e aproximação com eleitores e simpatizantes, a internet também passou a ser um espaço para a circulação de denúncias, bem como a construção de imagens negativas. “As formas mediadas de comunicação foram usadas não apenas para promover e celebrar líderes políticos, mas também para atacá-los e denunciá-los” (Thompson, 2018, p. 25). O autor sugere que o desenvolvimento da mídia criou novas oportunidades para os líderes políticos, mas criou também novos riscos, e os líderes políticos se veem expostos a novos perigos gerados pela visibilidade midiática.

Na atual conjuntura política brasileira, Lula assumiu o terceiro mandato como presidente do Brasil em janeiro de 2023 ao derrotar Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições de 2022. O presidente se encontra no espectro ideológico centro-esquerda com proposta neoliberal de governo. Nos dois primeiros governos, Lula se destacou pelos programas sociais direcionados para as camadas populares. “O governo Lula tem-se destacado por capitanear amplo apoio popular, principalmente entre os pobres mais pobres, por meio dos chamados programas sociais, como o Bolsa Família, sem, contudo, criar indisposições políticas com as frações hegemônicas” (Machado, 2009, p.28).

Nesse sentido, o presidente adotou uma postura neoliberal que permitiu a melhoria na relação do Estado brasileiro com a burguesia. “O governo Lula provocou uma redefinição na composição do bloco no poder, dando maior alento ao neoliberalismo, salvando-o da crise em que se encontrava no final do último mandato do governo Cardoso” (Machado, 2009, p. 29). No início do terceiro mandato, Lula enfrentou uma grave crise política com a invasão dos três poderes que causou destruição e apedrejamento do patrimônio público que resultou em diversas prisões e condenações. O presidente também enfrentou outras situações de crise com, por exemplo a crise humanitária dos indígenas Yanomami e a demissão de Silvío Almeida (Ministro dos Direitos Humanos) acusado de assédio sexual.

## **METODOLOGIA E RESULTADOS**

A Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough (2016) pela análise do discurso textualmente orientada (ADTO), lança um olhar para o texto como material empírico. Uma das características da Análise Crítica do Discurso (ACD) é a relação próxima do texto, que

fornece subsídios para estudos qualitativos além de ser o principal elemento de pesquisa. Esse é o material a que o observador tem acesso. Na visão do autor, a ACD é muito mais uma teoria que um método, é

uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose como um elemento ou momento do processo social material, que dá margens a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social (Fairclough, 2012, p.307).

O modelo tridimensional do discurso proposto por Fairclough (2016) tem como prerrogativa considerar o discurso como texto, prática discursiva e prática social. Para o autor, essas três dimensões são vitais na análise do discurso. “A parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada ‘descrição’, e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas ‘interpretação’” (Fairclough, 2016, p. 105).

É importante frisar que entendemos o texto como forma de materialização do discurso. Nesse sentido, a proposta de problematizar a nota à imprensa<sup>4</sup> assinada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República do governo Lula, sobre a demissão do ministro dos direitos humanos Silvio Almeida após denúncias de assédio sexual<sup>5</sup>, categorizando-a como estratégia discursiva para contenção de crise no governo.

#### **Nota à Imprensa**

Diante das graves denúncias contra o ministro Silvio Almeida e depois de convocá-lo para uma conversa no Palácio do Planalto, no início da noite desta sexta-feira (6), **o presidente Lula decidiu** pela demissão do titular da Pasta de Direitos Humanos e Cidadania.

**O presidente considera insustentável** a manutenção do ministro no cargo considerando a natureza das acusações de assédio sexual.

**A Polícia Federal abriu** de ofício um protocolo inicial de investigação sobre o caso. **A Comissão de Ética Pública da Presidência da República também abriu** procedimento preliminar para esclarecer os fatos.

**O Governo Federal reitera** seu compromisso com os Direitos Humanos e reafirma que nenhuma forma de violência contra as mulheres será tolerada. *(grifo meu)*

**Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**

Para avaliar este recurso textual utilizado para comunicar com a imprensa, apresenta-se a intertextualidade como uma das possibilidades de análise, a qual é uma categoria analítica da ACD com grande potencial para investigação de textos. A nota em

<sup>4</sup> “Comunicado sobre a demissão do ministro Silvio Almeida”. Gov.br, 06 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/notas-a-imprensa/nota-a-imprensa-comunicado-sobre-silvio-almeida> Acesso em: 16 de outubro de 2024

<sup>5</sup> “Silvio Almeida é demitido do ministério de Direitos Humanos após denúncias de assédio sexual”. Portal Uol (conteúdo do Estadão), 06 de setembro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/06/silvio-almeida-e-demitido-do-ministerio-de-direitos-humanos-apos-denuncias-de-assedio-sexual.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 16 de outubro de 2024

questão recorre concomitantemente a diversos textos, criando assim cadeias intertextuais. Uma das formas de amarrar os textos com outros textos é a representação do discurso, que Fairclough (2016) utiliza no lugar do termo tradicional discurso relatado. “Os tipos de discurso diferem não somente no modo como eles representam o discurso, mas também nos tipos de discurso que eles representam e nas funções do discurso no texto representador” (Fairclough, 2016, p.159). O grau de manutenção de limite, segundo o autor, é parcialmente uma questão de escolha entre a representação direta ou indireta de discurso. Fairclough (2016) revela que a primeira pretende, pelo menos, reproduzir as palavras exatas usadas no discurso representado, enquanto o discurso indireto, ao contrário, é ambivalente: não se pode ter certeza de que as palavras do original são reproduzidas ou não.

O texto contém características próprias de um comunicado oficial do governo, pois trata-se de uma nota curta, objetiva e estruturada com a intenção de finalizar uma crise. Percebe-se que a nota contém representações do discurso indiretas sobre as atitudes tomadas pelo presidente Lula em meio ao momento de turbulência que se instalou em seu governo. Embora seja um comunicado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a nota deixa certa ambiguidade na voz de Lula na perspectiva dos estudos de Fairclough: será que essas foram as palavras de Lula? Essa foi a forma que ele se expressou? Além disso, a personalização do discurso de Lula é substituída no último parágrafo pelo discurso em terceira pessoa do governo federal para afirmar um discurso firme contra o abuso sexual e o compromisso com a pasta dos Direitos Humanos. Por fim, a nota inclui procedimentos adotados pela Polícia Federal e Comissão de Ética Pública da Presidência da República, entidades do governo federal, pela representação do discurso indireta para reafirmar sua autoridade perante a crise no governo para apuração dos fatos. Dessa forma, a representação discursiva é um recurso utilizado frequentemente em notas, comunicados e pronunciamentos institucionais em que a usabilidade da terceira pessoa é comum.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise dos elementos discursivos pela ACD, procede o argumento que a nota à imprensa para a demissão do ministro Silvío Almeida da pasta dos direitos humanos utiliza das cadeias intertextuais para justificar os argumentos da decisão. Além disso, percebe-se a utilização da representação do discurso de forma indireta da Polícia Federal e Comissão de Ética Pública da Presidência da República que têm o poder corretivo para respaldar a atitude do governo Lula sobre o compromisso com a ética e o ambiente de trabalho seguro.

## REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. (Organização de tradução de Izabel Magalhães). 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Revista Linha D'agua**, São Paulo, p.307-329, ago. 2012. Semestral. Traduzido por Iran Ferreira de Melo.

MACHADO, E. (2009). Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, (21/22), 23–34. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i21/22.18598> Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18598>

RODRIGUES, Adriano Duarte. “Delimitação, natureza e funções do discurso midiático”. In. PEIXINHO, Ana Teresa et al (Org.). **20 Anos de Jornalismo contra Indiferença**. Brasília: Coimbra University Press, 2015, p.33-46.

SIGNATES, L. (2012). Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Novos Olhares**, 1(1), 7-18. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2012.51443>

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizess/article/view/153199>.